



# PARIQUERA-AÇU

Criado pela lei nº 486, de 09 de abril de 2013.

quarta-feira, 20 de abril de 2022.

Página 1

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU Gabinete do Prefeito

### LEI Nº 816 DE 20 DE ABRIL DE 2022.

Altera parcialmente as Leis Municipais nºs 482/2013, 612/2015 e 494/2013 e 670/2018 e cria cargos em confiança da administração municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU, ESTADO DE SÃO PAULO FAZ SABER que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam alteradas as Leis Municipais nº 482/2013, anexo I, nº 612/2015 e nº 670/2018, quanto ao cargo de Diretor de Planejamento, que passa a ter o requisito de ensino superior e as seguintes atribuições: planejar e auxiliar o Departamento de Finanças na elaboração do PPA, LDO e LOA; coordenar os procedimentos licitatórios e os respectivos instrumentos para contratação e aquisição de bens e serviços do Poder Executivo Municipal; elaborar o plano de contratação anual; auxiliar e assessorar na formalizar e celebração de convênios, acordos e outros instrumentos congêneres que envolvam a transferência de recursos do Estado e da União; planejar, orientar, gerenciar e implementar as atividades ligadas ao orçamento, arrecadação, transparência, protocolo e tecnologia da informação; auxiliar na criação, desenvolvimento e execução de programas, projetos e ações de governo; planejar e gerenciar a execução das atividades relativas à organização e à modernização administrativa; gerenciar, acompanhar e orientar as atividades relacionadas com os procedimentos de caráter disciplinar; gerenciar os programas e os projetos no âmbito de sua competência; propor as diretrizes e as normas administrativas no âmbito de sua competência; apoiar, prestar assistência, orientar e acompanhar todos os departamentos e gabinete do Prefeito no exercício de suas atribuições e conduzir outros trabalhos relacionados a seu campo de atuação ou que lhe seja determinado pelo Prefeito.

**Art. 2º** Ficam alteradas as Leis Municipais nº 482/2013, anexo I e nº 670/2018 relativo ao cargo de Ouvidor, passando-se a exigir o requisito de escolaridade de nível superior.

**Art. 3º** VETADO.

**Art. 4º** Ficam alteradas as Leis Municipais nº 494/2013 e nº 670/2018, passando o cargo de Chefe de Gabinete a ter a referência nº 22.

**Art. 5º** Altera o art. 7º, da Lei Municipal nº 670/2018, passando o cargo de Engenheiro Agrimensor a ter referência nº 16, mantendo-se os requisitos e atribuições.

**Art. 6º** Fica criado o cargo em confiança de Diretor Executivo de Contabilidade, com grau de escolaridade superior em contabilidade e registro no Conselho de Classe, referência nº 17, com as seguintes atribuições: Organizar, planejar, executar e supervisionar a preparação dos relatórios contábeis gerencial e fiscal dentro dos prazos previstos em lei, obedecendo os princípios e procedimentos contábeis. Orientar e acompanhar os lançamentos e rotinas contábeis, balancetes mensais e o balanço final. Supervisionar conciliação bancária das contas do Ativo e Passivo e de resultados, efetuar conferência dos bancos de dados do ADESP e transmitir conforme calendário do Tribunal de Contas. Colaborar na preparação de Audiência Pública, analisar balanço para cadastro de fornecedores, executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

**Art. 7º** Fica criado o cargo em confiança de Agente de Contratação, requisito ensino superior, referência nº 17, com as seguintes atribuições: acompanhar o trâmite das licitações, dar impulso ao procedimento licitatório, acompanhando o plano anual de contratação elaborado pelo Diretor de Planejamento; receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos; receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão; executar outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

**Art. 8º** Fica criado o cargo em confiança de Assessor Técnico do Fundo Social, requisito ensino superior em Assistência Social e registro no Conselho de Classe, referência nº 14, com as seguintes atribuições: assessorar a primeira dama no andamento dos trabalhos e nos atendimentos do Fundo Social de Solidariedade; realizar atendimento e estudo social das famílias vulneráveis atendidas pelo

Fundo Social; organizar o sistema de tramitação de dados de arquivos das pessoas vulneráveis atendidas; auxiliar na elaboração e redação de projetos; assessorar em todas as atividades executadas pelo Fundo Social.

**Art. 9º** As despesas com a execução desta Lei serão suportadas por dotação orçamentária vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu, 20 de abril de 2022.

Wagner Bento da Costa  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA SEÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU, NA PRESENTE DATA.

João Batista de Andrade  
Diretor do Departamento Administrativo

### MENSAGEM Nº 03, DE 20 DE ABRIL DE 2022

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pariquera-Açu,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do §2º do art. 50 da Lei Orgânica Municipal, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, a emenda parlamentar ao projeto de Lei nº 02/2022, notadamente o art. 3º, por violação a competência privativa ao Prefeito Municipal, disciplinando-se que "Fica extinto o cargo em comissão de Diretor Jurídico, previsto no art. 1º da Lei nº 482/2013 e no anexo II da Lei Municipal nº 670/2018.

A redação original atendia a recomendação do Ministério Público Estadual, no sentido de não permitir mais que o cargo de Diretor Jurídico fosse ocupado por pessoas fora do cargo da Procuradoria Municipal.

Nesse sentido, a redação original disponha que "artigo. 3º - Ficam alteradas as Leis 482/2013, anexo I e nº 670/2018, passando o cargo de Diretor Jurídico ter a denominação de Procurador Geral Municipal, mantendo-se as atribuições do cargo e referência salarial.

Parágrafo único: o cargo de Procurador Geral Municipal será somente ocupado por membros da Procuradoria Jurídica Municipal, em função de confiança"

A emenda parlamentar desconfigura o proposta inicial do artigo 3º, ao ponto de extinguir um cargo do Poder Executivo, extremamente oposto a ideia original que era transformar o cargo em comissão para ser ocupado por somente funcionários efetivos.

Ouvido, a Procuradoria Jurídica Municipal, manifestou-se pelo veto parcial, por afronta ao art. 45, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e artigo 24, §2º, item 1, da Constituição do Estado de São Paulo, uma vez que há reserva à iniciativa privativa, recomendando-se a consulta a AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1.521 RIO GRANDE DO SUL, itens 2 e 3 do acórdão.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar parcialmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal de Pariquera-Açu.

Wagner Bento da Costa  
Prefeito Municipal